

Dora Kramer*

Cacoete não republicano faz a crise

Qual seria o tamanho, a durabilidade e os efeitos da presumida crise institucional caso o Senado recuse a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal?

Não há resposta precisa, mas há suposições possíveis. A falta do elemento surpresa diminuiria a dimensão; com altos e baixos, o conflito duraria até a eleição do próximo Congresso e a consequência tanto pode ser o acirramento como o apaziguamento pragmático dos ânimos, a depender dos interesses em jogo.

Olhando a cena friamente, não há derrotas nem vitórias. Executivo e Legislativo estão em situação de empate no qual nenhum dos dois tem razão em suas queixas sobre o papel de cada um nas respectivas escolhas.

O Senado ficou contrariado com a indicação de Messias e o Planalto não gostou de o presidente da Câmara ter escolhido Guilherme Derrite (PP-SP) para relatar o projeto antifacção.

No caso de reprovação, uma coisa parece certa: o único a não ser indicado seria justamente o preferido do Senado, Rodrigo

Pacheco (PSD-MG), sob pena de Lula (PT) transferir aos parlamentares a prerrogativa da indicação. Esta é reservada ao presidente da República, mas quem decide se o indicado vai ou não para o STF são os senadores.

A regra é essa e, em tese, inclui a possibilidade de desaprovação do nome. Não sendo assim a toada da banda por obra de cacoete antirrepublicano, tal hipótese assume o feitio de crise. Quem sabe a passagem pela experiência não nos trouxesse um aprendizado tranquilizador?

O presidente apenas escolheria outra pessoa. Com cer-

teza Lula conhece muita gente preparada no mundo jurídico. Profissionais do direito que passariam brilhantemente por sabatinas acuradas, capazes de testar conhecimentos e habilidades.

No universo do notório saber e reputação ilibada, há mulheres. A escolha de uma delas acrescentaria o dado da necessária representação de gênero, inibiria recusas e ainda ajudaria a colocar a análise dos senadores fora do campo das vantagens de ocasião.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

Casas batem de frente com o Brasil

Há algo de muito errado nesta terra descoberta por Cabral. Ulisses Guimarães - já citei sua fala algumas vezes neste espaço -, dizia que cada eleição a "representação popular" piora sua qualidade. Os fatos comprovam. O pior é que nunca chegamos ao fundo do poço.

Nesta guerra do Parlamento - Senado e Câmara - contra o Executivo e o Judiciário - que não são "santos" também, é bom que se diga - quem sai perdendo é o Brasil e os brasileiros. Nossa Constituição diz que todo poder emana do povo que o exerce através de seus represen-

tantes no Parlamento - Senado, Câmara, Assembleias estaduais e Câmaras municipais - eleitos em eleições livres e democráticas. As palavras são bonitas, mas, infelizmente, não correspondem à nossa realidade.

O que vimos assistindo é bem distante disso. Os fatos nos mostram um Congresso despreparado, distante dos interesses populares, atuando não como representante do povo, mas de grupos restritos, e de interesses pessoais. O comportamento desregrado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre - que o jornal O Estado

de São Paulo, em artigo, chama de chantagista- no episódio da escolha do novo ministro do Supremo, mostra como anda o nível de nossos representantes.

Prejudicar o povo, que deveria representar, colocando em votação pautas bombas que aumentam despesas, como vinha por não ter conseguido emplacar um amigo e protegido na vaga do Supremo, dá a dimensão do seu valor político. Mas, infelizmente, Alcolumbre é apenas um exemplo de mau político.

Há outros, muitos outros ocupando espaço no Congresso

e em outras Casas Legislativas que só confirmam as previsões de Ulisses. Esta radicalização entre direita e esquerda, como se fossem mesmo preparados politicamente para um embate deste nível, vai nos levar ao caos. Sem que eles se preocupem, pois estão cuidando de seus interesses pessoais e de grupos. 2025 está terminando em crise. 2026, ano de eleição, não promete nada diferente. A não ser que o eleitor queira mudanças.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Tales Faria

PT tenta hoje pautar projeto do devedor contumaz na Câmara

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), anunciou que sua "prioridade absoluta" na reunião desta terça-feira do Colégio de Líderes é pautar o projeto de novo Código de Defesa dos Contribuintes, que regulamenta a figura do "devedor contumaz".

Não. Não é uma mera provocação de Lindbergh contra o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que está rompido com o petista. É que o projeto é considerado como prioridade absoluta também da área econômica do governo. Lindbergh explica:

"O país não pode assistir, mais uma vez, a operações gigantescas contra esquemas bilionários de sonegação enquanto o projeto que fecha essas brechas permanece engavetado. O texto separa com clareza o contribuinte comum das estruturas empresariais criadas para fraudar o Estado, proteger laranjas e financiar atividades ilícitas."

Segundo o líder, trata-se de "uma legislação moderna, equilibrada e essencial para fortalecer a Receita, garantir competição leal e impedir que a sonegação fiscal continue se disfarçando de atividade empresarial".

"O Congresso precisa dar uma resposta imediata. Pautar e votar o PL 125/2022 é defender o interesse público, proteger quem cumpre a lei e impedir que poucos continuem enriquecendo à custa da irresponsabilidade fiscal e da corrosão das contas públicas", diz Lindbergh.

Motta havia de fato engatado o texto desde que foi aprovado pelo Senado, no dia 2 de setembro. Só designou o relator, Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), na quinta-feira (27), depois que investigadores estouraram a Operação Poço Lobato, uma complementação da chamada Operação Carbono Oculto.

As duas operações realizadas pela Receita e pela Polícia federal, assim como pelo Ministério Público de São Paulo,

detectaram fraudes superiores a R\$ 52 bilhões em combustíveis e sonegações acima de R\$ 70 bilhões.

Acusado de envolvimento no esquema, o empresário Ricardo Magro, do grupo Rehit, é considerado um dos maiores devedores do Fisco no Brasil. Ele se cercava de políticos estrelados de Brasília. Havia promovido em maio, por exemplo, um grande jantar em Nova York recheado de políticos, incluindo o próprio Hugo Motta.

Mas a escolha do relator trouxe otimismo ao Palácio do Planalto. Antônio Carlos Rodrigues é da ala não bolsonarista do PL. Estava no partido antes da chegada do ex-presidente Jair Bolsonaro e foi até hostilizado pelo grupo que o considera governista. O deputado, na verdade, é muito próximo do presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, que o blindou dos ataques bolsonaristas.

A área econômica do governo acredita que o relator poderá manter as caracterís-

ticas do projeto como saiu do Senado. A expectativa é que o texto permita evitar até R\$ 200 bilhões em evasões tributárias provocadas por empresas e pessoas físicas que encontram variadas formas de manter-se devendo ao fisco sem pagar.

O texto, segundo o relator no Senado, Efraim Filho (União-PB), impede práticas irregulares com que empresas identificadas como devedoras contumazes continuam operando no mercado formal. "Visa garantir concorrência justa entre as empresas, beneficiando aquelas que mantêm suas obrigações fiscais em dia", afirma o senador.

A ideia, segundo a Receita Federal, é ampliar a base de arrecadação por meio do combate à informalidade e à sonegação e implementar mecanismos mais eficientes de combate à sonegação fiscal, sem necessidade de aumentar a carga tributária.

O jeito é torcer para a Câmara dos Deputados não engavetar novamente o texto.

EDITORIAL

Um imperador muito além do tempo

Há 200 anos nascia um dos grandes visionários que o Brasil já teve: Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, mais precisamente o imperador Dom Pedro II. Posto no trono ainda jovem, mas com o consentimento de que era o melhor para apaziguar politicamente o Brasil, o jovem teve a primazia de liderar um dos grandes progressos que esse país já teve. Mesmo com a Guerra do Paraguai, que fez os cofres públicos ficarem no limbo, o segundo imperador brasileiro conseguiu façanhas como uma das melhores taxas de alfabetização já vistas na história, um surto industrial bastante fértil e uma longeva monarquia, que só foi deposta pelo fato de não ter mais apoio político do exército.

O grande ponto do seu império foi a chamada "Era Mauá", com o Barão de Mauá financiando projetos de restauração do país, como a luz elétrica e ferrovias, ligando o interior ao litoral. Já o ponto de imprecisão, por assim dizer, fora a Guerra do Paraguai, quando se gastou mais do que devia para derrotar as tropas de Solano Lopes, fazendo com que o exército tivesse força política e mostrasse o seu valor, culminando na deposição do imperador e na tomada de poder.

Apesar de exilado, seus restos mortais foram trazidos para o Brasil e estão na catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, cidade que ajudou a criar e fundar e que virou o seu principal refúgio de lazer da família. Não por menos, o nome dela em Latim significa, numa tradução simples, "Cidade de Pedro".

Que estes 200 anos de nascimento de Pedro de Alcântara sejam um marco não apenas para a cidade que ajudou a criar, como também a um país que o fez crescer, mas que, por objetos políticos, acabou não seguindo os seus desejos e anseios.

Se ele continuasse no poder seria tudo diferente de hoje, não sabemos e não se pode julgar anacronismos na história, mas pode-se dizer que, diante de muitos acontecimentos e transformações, muitas mudanças poderiam ocorrer no início do século XX.

Opinião do leitor

Título mundial

Pela primeira vez em 15 anos, três pilotos disputarão o título da Fórmula 1 no último Grande Prêmio da temporada. Espetacular seria ver o Oscar Piastri campeão do mundo. Piastri é um talento natural sendo muito mais piloto que Norris. Lando Norris é um bom piloto, mas Piastri é melhor.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: VARGAS REFORMA ADMINISTRATIVAMENTE MILITARES

As principais notícias do Correio da Manhã em 2 de dezembro de 1930 foram: Vargas assina decreto que cria o Tribunal Especial, para

julgar crimes específicos; além disso também assinou outro decreto que reforma administrativamente vários generais e transfere outros para a 1ª classe. Boatos indicam que Julio Prestes ficará em Portugal e montará uma usina de torrefação de café. Príncipe de Gales vem ao Brasil.

HÁ 75 ANOS: CHINA COMUNISTA AUMENTA EFETIVO NA COREIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 2 de dezembro de 1950 foram: China Comunista aumenta efetivo na Coreia e frá-

tropa da ONU a evacuarem Pyongyang. Primeiro-ministro japonês diz que não pretende rearmar o país. Partido Libertador decide ser de oposição ao futuro governo Vargas.



Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrado 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.